

MARIADITA
JAGUARIÚNA

REGULARIZAÇÃO DE IMÓVEIS
URBANOS E RURAIS

- HABITE-SE (19) 99215-4852
- INSTITUIÇÃO DE CONDOMÍNIO (19) 99184-6967
- CAR - CCIR - INCRA

Dr. Caius Godoy (Dr. da Roça) agora aqui todas as semanas



Aos que ainda não me conhecem, meu nome é Caius Godoy, advogado e administrador de empresas com atuação exclusiva no agronegócio. De uma família de produtores rurais do interior de São Paulo, a querida Duartina, tento através do meu trabalho levar informações para dentro da porteira, sendo elas envolvendo o Direito, ou não. Hoje tenho escritório nas cidades de Campinas e Jaguariúna e com muito orgulho sou conhecido e chamado carinhosamente pelos meus amigos e clientes, como o Dr. da Roça. Espero que gostem da minha coluna semanalmente falando sobre o mundo agro e agradeço pela oportunidade do Grupo O Regional de comunicação.

E como sempre finalizo, tchaaau obrigado!!

POR QUE FAZER UM TESTAMENTO?

No imaginário popular, o testamento ainda é visto como um instrumento reservado a pessoas muito ricas ou àquelas que possuem patrimônio complexo. No entanto, essa percepção está distante da realidade jurídica. O testamento é, na verdade, uma das ferramentas mais importantes de planejamento sucessório, permitindo que a vontade do titular do patrimônio seja respeitada após sua morte e evitando conflitos familiares que, muitas vezes, acabam sendo levados ao Judiciário.

Pelo sistema jurídico brasileiro, a sucessão patrimonial ocorre automaticamente com o falecimento da pessoa, sendo transmitida aos herdeiros legítimos, geralmente cônjuge, filhos e, na ausência destes, outros parentes próximos. Contudo, a lei estabelece uma divisão padrão, que nem sempre corresponde à vontade daquele que construiu o patrimônio ao longo da vida. É justamente nesse ponto que o testamento se torna fundamental. O testamento é o instrumento jurídico por meio do qual uma pessoa declara formalmente sua vontade sobre a destinação de seus bens, respeitando os limites previstos em lei. No Brasil, quando existem herdeiros necessários (como filhos, pais ou cônjuge), metade do patrimônio é reservada a eles, sendo chamada de legítima. A outra metade, conhecida como parte disponível, pode ser livremente destinada pelo testador a quem desejar, outros familiares, amigos, instituições ou até mesmo um único herdeiro específico.

Mas o testamento vai muito além da simples divisão de bens. Ele permite, por exemplo, beneficiar um filho que necessite de maior proteção financeira, reconhecer situações familiares específicas, favorecer uma pessoa que tenha sido importante ao longo da vida ou realizar doações para causas sociais.

Outro ponto extremamente relevante é a prevenção de conflitos. Na ausência de uma manifestação clara de vontade, é comum que surjam divergências

entre herdeiros sobre a forma de divisão do patrimônio. Disputas familiares em inventários podem durar anos e, muitas vezes, gerar rupturas irreversíveis entre irmãos e parentes próximos. Um testamento bem elaborado tende a reduzir significativamente esse tipo de problema, pois estabelece diretrizes claras sobre a intenção do falecido. Além disso, o testamento pode ser utilizado em conjunto com outras estratégias modernas de planejamento patrimonial, como a constituição de uma holding familiar. Enquanto a holding organiza a gestão e a estrutura do patrimônio em vida, o testamento funciona como um complemento importante para tratar de aspectos pessoais e patrimoniais que não estejam previstos na estrutura societária. Outro aspecto pouco conhecido é que o testamento não é um documento definitivo e imutável. Ele pode ser alterado ou revogado a qualquer momento pelo testador enquanto estiver em pleno exercício de suas capacidades civis. Isso permite que o instrumento acompanhe as mudanças naturais da vida, como novos casamentos, nascimento de filhos, aquisições patrimoniais ou alterações nas relações familiares.

Do ponto de vista prático, o testamento público, lavrado em cartório perante um tabelião e testemunhas, é o modelo mais seguro e recomendado, pois oferece maior validade jurídica e reduz o risco de questionamentos futuros. Em síntese, fazer um testamento não significa antecipar a morte, mas sim exercer autonomia sobre o próprio patrimônio e proteger aqueles que ficarão. Trata-se de um gesto de responsabilidade, organização e cuidado com a família, garantindo que a vontade de quem construiu uma história seja respeitada mesmo após sua partida.

Dr. Caius Godoy, Advogado e Presidente da Comissão de Cultura, Mídia e Entretenimento da OAB Jaguariúna, e-mail: caius.godoy@adv.oabsp.org.br

Brasil é o 9º maior produtor mundial de morangos mas ainda não atende à demanda do mercado interno

A produção brasileira de morango precisa passar por um choque de cultura para ampliar sua importância no mercado nacional. Embora o país seja um produtor respeitável, o nono maior do mundo, o consumo da fruta ainda é muito pequeno e tem grande potencial de crescimento. Segundo dados mais recentes da Embrapa, em 2023 foram produzidas 187,8 mil toneladas de morango no Brasil, consumo per capita de 925 gramas por brasileiro no ano. Na cesta de frutas das famílias do país, o morango representa 3% do total, enquanto nos Estados Unidos, equivale a 60%, segundo estudo do Senac divulgado antes da pandemia.

O engenheiro agrônomo e consultor especialista em morango Ronaldo Herculano de Lima afirma, em participação no Podcast Ascenza (www.ascenza.com.br), que o cenário de cultivo do morango no Brasil deve passar por mudanças expressivas nos próximos cinco anos, com a chegada de novas variedades da fruta, que no conceito científico é um receptáculo floral ou pseudofruto. "O Brasil ainda não produz o que o mercado interno demanda. Os produtores trabalham muito com variedades antigas, mas novos cultivares estão surgindo, com mais sabor e um pós-colheita mais resistente", explica.

Hoje, aponta o agrônomo, a variedade mais plantada no Brasil é a San Andreas, que ocupa cerca de 85% das lavouras de morango. Ela é a mais resistente, mas não é a mais doce. "O morango brasileiro é um excelente vendedor de leite condensado, para adoçar a fruta ao ser consumida", brinca. Em Brasília há produção de Camarosa e alguns agricultores investem na Albion, mais saborosa e também mais sensível. "Novas variedades importadas principalmente de viveiros do Chile, Espanha e Flórida devem mudar muito a produção brasileira de morango entre três e cinco anos", comenta.

O especialista cita que os países referência na produção de morango para o Brasil são o Sul da Espanha e da Itália, relativamente parecidos em questões climáticas. Os maiores produtores mundiais são China, Estados Unidos, Egito, Turquia, México, Espanha, Rússia, Polônia e Brasil, conforme dados de 2023 da FAOSTAT, banco de dados estatísticos sobre alimentação e agricultura da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO/ONU).

O grande desafio para o produtor brasileiro ser mais competitivo, abastecer o mercado nacional e explorar o mercado internacional é se adequar à mudança de variedades e plantar diferentes cultivares na mesma lavoura. Lima comenta que cerca de 80% das mudas de morango plantadas no Brasil são chamadas de "piratas", replicadas e vendidas pelos próprios produtores. Embora essas mudas produzam normalmente, não há garantias em relação a riscos, uma vez que sanidade e genética são muito importantes para obter maior e melhor produtividade, com mais confiança.

Melhor qualidade

O morango ideal é doce, grande, firme e bem vermelho. Como o pós-colheita da fruta é delicado, as variedades devem ser adaptadas às diferentes regiões e climas. O produtor precisa estar atento para que o consumidor tenha acesso a um morango de melhor qualidade. "Hoje a colheita no Brasil é feita quando o morango atinge 50% de maturação, em média. Mas quando chega a 80%, 85% de maturação, o sabor é excepcional. Há muito trabalho a ser feito e há muito espaço para crescer", diz Lima.

O especialista alega que o investimento em qualidade "é um caminho

sem volta". Ele avalia que o consumo nacional pode crescer exponencialmente com variedades mais doces e o Brasil pode até se tornar um exportador de morango se utilizar os melhores cultivares e criar uma logística eficiente.

"Antes de exportar, no entanto, ainda há muito para crescer no mercado interno, há grandes oportunidades no consumo local. É preciso arrumar a casa, melhorar a qualidade e ampliar o consumo. Área e mão de obra são grandes desafios do produtor da fruta", aponta.

Sem chão

A produção de morango no Brasil ainda é familiar, ocupa áreas médias e pequenas. Mas mudou bastante nos últimos anos e está se profissionalizando. Os agricultores têm mais acesso ao mercado com o uso de tecnologias e logística adequada. Uma das principais mudanças foi o desenvolvimento da produção semi-hidropônica, que vem sendo cada vez mais adotada pelos produtores brasileiros.

De acordo com Lima, há 20 anos o morango era plantado exclusivamente no solo, não utilizava cobertura nem irrigação por gotejamento. A produção era rápida, reduzida e localizada. "O perfil do produtor sempre foi familiar, mas há alguns anos os jovens voltaram para o campo e profissionalizaram os processos. O consumo foi aumentando com maiores investimentos em tecnologia", afirma.

O surgimento da produção semi-hidropônica levou o morango para lugares que não plantavam a fruta. A técnica é chamada de semi-hidropônica porque são utilizados substratos no plantio, feito em estufas. O investimento nesse tipo de cultivo é mais alto, mas a segurança é maior na colheita. Lima explica que hoje cerca de 40% da plantação de morango no Brasil é semi-hidropônica. No Sul, essa técnica é predominante. No sudeste, a maior parte dos agricultores ainda utiliza o plantio em solo.

O morango precisa de frio. Mas tecnologias como irrigação por gotejamento, túnel para proteger da chuva, estufas e produção semi-hidropônica permitem que a produção alcance novos territórios. "Com as tecnologias disponíveis e novas variedades é possível produzir o ano todo no Brasil", explica o agrônomo. Ele lembra que metade do morango produzido no Brasil é de São Paulo e Minas Gerais. Mas há produtores no Rio Grande do Sul, Paraná, Espírito Santo, Brasília, Mato Grosso do Sul, norte da Bahia, serra do Rio de Janeiro e até mesmo na serra do Ceará.

O morango produzido no solo é um pouco mais saboroso, mas é mais sensível. O semi-hidropônico tem melhor pós-colheita e mais plantas por hectare. Enquanto no solo a média é de 50 mil plantas por hectare, no semi-hidropônico pode chegar a 80 mil, conforme o especialista. Ele comenta que, para quem está começando, o investimento por planta de morango é de R\$ 14 em média para cultivo no solo, com custo operacional de R\$ 7 a R\$ 8 por planta.

No caso do hidropônico, o investimento varia entre R\$ 15 e R\$ 25 por planta, com custo operacional de R\$ 8. Por ser uma cultura manual, o morango exige mão de obra, precisa de oito pessoas trabalhando por hectare.

O agrônomo alerta que o morango semi-hidropônico é mais sensível em relação à nutrição. Segundo ele, o retorno do investimento acontece, em média, em três anos. "O ideal seria trocar as plantas todos os anos, mas elas podem ser mantidas por até três anos. Reforçando que a transição de variedade garante maior e melhor produção", alega.

AgroNotícias

Mauricio Picazo Galhardo



PIB 2025

O resultado positivo de 2,3% do Produto Interno Bruto (PIB) divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) foi impulsionado especialmente pela agropecuária, que registrou um crescimento de 11,7% em 2025. Os dois dígitos alcançados pelo setor são frutos dos aumentos na produção e dos ganhos na produtividade de várias culturas, com destaque para o milho (23,6%) e a soja (14,6%), que alcançaram recordes no ano. Em valores correntes o resultado do PIB representou R\$ 12,7 trilhões no ano. Apesar de positivo, o resultado representa uma desaceleração em comparação a 2024, quando a economia brasileira cresceu 3,4%.

39ª CONFERÊNCIA REGIONAL DA FAO

O ministro da Agricultura e Pecuária, Carlos Fávaro, participou junto ao presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, da abertura da 39ª Conferência Regional da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) para a América Latina e o Caribe (LARC39). A Conferência, que coincide com as celebrações dos 80 anos da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, com a participação de ministros, autoridades e representantes dos países da América Latina e do Caribe.

CONSELHO AGROPECUÁRIO DO SUL

Aconteceu também em Brasília, a 51ª Reunião Ordinária do Conselho Agropecuário do Sul (CAS), promovida pelo Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA). O fórum reúne ministros da Agricultura dos países do Mercosul e associados. Durante o evento, foi formalizada a passagem da presidência pro tempore do CAS da Argentina para a Bolívia, com a transferência da coordenação dos trabalhos do ministro argentino Sergio Izaeta para o ministro boliviano Oscar Mario Justiniano.

MODERNIZAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO

A Coalizão de Frentes Produtivas recebeu na sede da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), presidentes e representantes das principais confederações nacionais para discutir a modernização da jornada de trabalho no Brasil. No encontro, parlamentares e

lideranças do setor produtivo defenderam que o debate avance com base técnica, diálogo e responsabilidade, diante de riscos como aumento de custos e informalidade. Ao longo da reunião, deputados e senadores reforçaram que a discussão sobre a modernização da jornada de trabalho é legítima e relevante, mas exige cautela na condução.

AGRO PAULISTA

Principal destino comercial do agronegócio paulista, a China tem uma participação de 24% nas exportações, em geral. De acordo com os dados divulgados pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA-APTA) da Secretaria de Agricultura e Abastecimento de São Paulo (SAA), em 2025, foram mais de US\$6,8 bilhões nas transações financeiras, com um crescimento no valor que chega a 16,7%, em comparativo ao ano anterior. Na balança comercial, o mercado chinês ficou à frente de países da União Europeia; os Estados Unidos e a Índia.

TRIGO/CEPEA

De janeiro para fevereiro, os preços médios do trigo apresentaram movimentos distintos entre os estados acompanhados pelo Cepea. Em Santa Catarina e no Paraná, as médias mensais caíram em relação às de janeiro, pressionadas por estoques confortáveis e pela baixa necessidade de demandantes de realizar compras no spot.

MILHO BRASILEIRO

A Associação Brasileira dos Produtores de Milho e Sorgo (Abramilho) informa que acompanha com atenção e preocupação a guerra entre Estados Unidos, Israel e Irã. O país do Oriente Médio consolidou-se como o principal parceiro comercial do Brasil nas exportações de milho. Diferentemente da soja, que possui destinos mais concentrados, o milho brasileiro é distribuído para um amplo e diversificado conjunto de mercados internacionais. Dessa forma, o Brasil não deve ter dificuldades para exportar milho para outros países, caso o Irã fique impossibilitado de fazer novas aquisições do grão. O mercado iraniano se destaca por absorver volumes robustos e, no período de 2020 a 2025. (Com informações de assessorias)

Mauricio Picazo Galhardo é jornalista

SP intensifica monitoramento e alerta para riscos sanitários na cadeia da tilapicultura

O Governo de SP ampliou o monitoramento técnico e sanitário sobre o fluxo internacional de pescado e seus potenciais impactos na aquicultura paulista. A iniciativa ocorre em um momento de crescimento e consolidação da tilapicultura no estado, que se mantém como um dos principais polos produtivos do país.

Em 2025, a produção de tilápia em São Paulo atingiu 54,17 mil toneladas, com alta de 4% em volume em relação ao ano anterior e faturamento de R\$ 494,11 milhões, segundo dados preliminares do Instituto de Economia Agrícola (IEA-APTA). O Estado ocupa a segunda posição nacional na produção da espécie e concentra estrutura industrial robusta, com 21 frigoríficos responsáveis por 86% do abate. Atualmente, mais de 12 mil tanques-rede operam em reservatórios paulistas, respondendo por parcela majoritária do volume produzido.

O avanço da cadeia produtiva reforça a necessidade de preservação do status sanitário da aquicultura paulista, considerado um dos principais ativos para a continuidade de expansão do setor. A manutenção de elevados padrões de biossegurança é apontada por especialistas como condição essencial para assegurar estabilidade produtiva, segurança alimentar e continuidade do crescimento da atividade.

“São Paulo construiu uma cadeia de tilapicultura sólida e em expansão. Proteger o status sanitário da produção é garantir investimentos, segurança alimentar e condições para o crescimento sustentável do setor. Nossas equipes de sanidade e pesquisa são fundamentais para definir estratégias e soluções que permitam o avanço contínuo da cadeia”, destaca o secretário Geraldo Melo Filho.

O monitoramento estadual considera, entre outros fatores, a evolução do cenário sanitário internacional e os desdobramentos das análises conduzidas em âmbito federal. A nível federal, em 2024, o Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) adotou, com base no princípio da precaução, a suspensão cautelar das importações de tilápia de determinados mercados e instaurou processo de Análise de Risco de Importação (ARI), atualmente em andamento, para avaliar eventuais riscos de introdução de enfermidades exóticas na aquicultura brasileira.

Em paralelo a isso, instituições de pesquisa e órgãos de defesa sanitária do Estado de São Paulo intensificaram o acompanhamento técnico e epidemiológico, com foco na prevenção e na proteção da produção aquícola paulista. Para o Instituto de Pesca (IP-APTA), a preservação do status sanitário é determinante para a competitividade e a segurança da cadeia produtiva. “A prevenção sanitária é um dos pilares da sustentabilidade da aquicultura. A introdução de enfermidades exóticas pode comprometer não

apenas a produção, mas toda a estrutura industrial e os empregos associados à cadeia do pescado”, avalia a coordenadora do Instituto de Pesca (IP-APTA), Cristiane Neiva.

Para a Defesa Agropecuária do Estado de São Paulo, o monitoramento envolve protocolos de biossegurança, rastreabilidade e avaliação contínua de riscos associados à circulação de produtos aquícolas. “O trabalho técnico e preventivo conduzido no Estado busca assegurar que a tilapicultura paulista continue se desenvolvendo com elevados padrões sanitários, competitividade e segurança para produtores e consumidores.” acrescenta João Gustavo Pereira Loureiro, coordenador do Centro de Inspeção de Produtos de Origem Animal e Vegetal (CIPOAV).

O monitoramento sanitário considera, entre outros fatores, a circulação internacional do Tilapia Lake Virus (TiLV), patógeno altamente letal que causa taxas de mortalidade de até 90% e já registrada em países da Ásia, África e Oriente Médio. O vírus é apontado por organismos internacionais e autoridades sanitárias como uma das principais ameaças emergentes à produção mundial de tilápia.

Segundo o presidente da Associação Brasileira da Piscicultura (Peixe BR), Francisco Medeiros, o impacto potencial de uma eventual introdução da doença no Brasil seria significativo. “O TiLV é um vírus que provoca mortalidade elevada e rápida disseminação. Em regiões com grande concentração produtiva, como São Paulo, os efeitos sobre a produção e a indústria seriam expressivos”, avalia.

O dirigente destaca ainda que as características da produção paulista exigem atenção redobrada do ponto de vista sanitário. Grande parte da tilapicultura do Estado é realizada em tanques-rede instalados em reservatórios, sistema que favorece ganhos de escala e produtividade, mas que também demanda rigorosos protocolos de biossegurança para evitar a introdução e disseminação de enfermidades.

“Diferentemente de alguns países asiáticos que utilizam estruturas isoladas, o modelo brasileiro em reservatórios abertos exige vigilância constante e medidas preventivas robustas. Por isso, o controle sanitário na origem e o monitoramento do fluxo internacional são fundamentais”, ressalta Medeiros.

Cadeia produtiva

A tilápia foi incorporada em 2025 ao Valor da Produção Agropecuária (VPA) paulista, indicador econômico utilizado para planejamento e formulação de políticas públicas no Estado. A espécie também figura como a proteína de pescado mais consumida pelos paulistas, com demanda crescente e perspectivas de expansão da produção e do processamento.

AGRO CARTOON

PICAZO



FACEBOOK.COM/MAURICE.PICAZO